



**Direitos Humanos e lugares minoritários:
Um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola**

Alessandro Soares da Silva¹

Muito se fala em Direitos Humanos e em Educação em Direitos Humanos. Todavia, nem sempre o que se faz ou o que assim se costuma nomear pode e deva ser entendido dessa maneira. A Educação em Direitos Humanos é uma prática pedagógica comprometida com uma educação que é permanente, continuada e global; que busca inequivocamente a mudança social; que procura inculcar valores sociais que revolucionem a vida cotidiana. Revolucionar o cotidiano passa por promover espaços de reflexividade nos quais educador e educando se permitem transformar coração e mente, se permitem transcender a mera formalidade da instrução e da transmissão de conhecimentos acabados e portadores de verdades absolutas. Educar em Direitos Humanos implica numa ação na qual os atores e atrizes envolvidas no processo educacional se permitem compartilhar saberes e, sobretudo, reconhecer que diferença não é sinônimo de desigualdade, mas o par da identidade.

Tal reconhecimento transforma a ligação imediata entre diferença e igualdade feita no senso comum: se é diferente não é igual e, portanto, não faz parte da normalidade. Mas o que é normal, o que é diferente? Normal é aquilo, (ou aqueles e aquelas) que se encontra adequadamente enquadrado? Diferente é aquilo (ou aqueles e aquelas) que não foi (ou que não se conseguiu) enquadrado segundo ditames cristalizados, valores intocáveis e inamovíveis? Parece-me que uma educação que parta de premissas segundo

¹ Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

as quais diferença pode ter como significantes nomes como defeito, inadequação e desigualdade, não será educação e muito menos educação em direitos humanos. Nesse quadro, ser diferente é ser necessariamente objeto de desqualificação, de depreciação, e, conseqüentemente, ocupar um *lugar minoritário*. Por *lugar minoritário* entendo um espaço ocupado por sujeitos que não possuem reconhecimento e possibilidade de uso da palavra. Não posso concordar com certas leituras que relacionam minoria com quantidade, visto que mulheres e negros, por exemplo, não são minorias numéricas, mas ocupam sim um *lugar minoritário* em uma sociedade marcada milenarmente por uma lógica patriarcalista, e que reconhece como detentor do poder apenas o homem. E não um homem qualquer. Reconhece como detentor do poder, como ocupante do *lugar majoritário*, capaz de nomear e normativizar, o homem branco, eurocêntrico, cristão e heterossexual. Diferir desse padrão é ocupar algum espaço mais ou menos minoritário, mas definitivamente minoritário.

Como já apontou Louis Althusser², a escola é um espaço de reprodução ideológica. Não de uma ideologia qualquer, mas daquela que é dominante, que detém a palavra e é oficial. Essa escola é um *aparelho ideológico* a serviço do Estado e mantenedora de um estado de coisas que vão **de** encontro à idéia de uma Educação em Direitos Humanos e, desta feita, aberta positivamente à diferença que tenha por par a idéia de múltiplas identidades igualmente significativas. Nesse sentido, quero pensar aqui em uma escola que tenha como premissas a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, mediante a qual se pode compartilhar e atingir tanto a razão quanto a emoção de modo a revolucionar o cotidiano alienado e alienante (Heller, 1998)³.

Ao falarmos na escola de *lugares minoritários* rompemos com qualquer compromisso subliminar com a manutenção de um pacto com o *princípio da harmonia* e abrimos as portas ao dissenso, ao múltiplo; abrimos as portas da escola às questões que são silenciadas e que não têm lugar público, não têm direito à memória e nem ao reconhecimento. Fazê-lo é tornar a escola um elemento polarizador de turbulências e conflitos, um agente de fermentação

² Althusser, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

³ Heller, Agnes. (1998). *Revolución de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Península.

social da realidade. Como aponta Muniz Sodré (2005), “O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Posto isto, pode-se afirmar que o negro é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele”⁴. O mesmo vale para outros grupos que se encontram sistematicamente relegados a esses lugares minoritários como é o caso das mulheres, dos povos indígenas, das pessoas portadoras de algum tipo de necessidade especial e daqueles e daquelas que possuem uma orientação sexual discordante, sendo selados como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis.

Como aponta o filósofo político Jacques Rancière em um livro chamado *O Desentendimento*⁵, possuir a palavra implica em possuir reconhecimento, em ocupar o espaço público de maneira igualitária e, desta forma, não se encontrar em uma posição que silencie, que lhe permita apenas emitir sons inaudíveis, irreconhecíveis àqueles que normatizam e enquadram, que nomeiam a quem não tem voz. Atribuir a palavra é um ato político, e política é, nesse sentido, possuir a palavra. Quando a política destitui alguém da palavra, destitui do reconhecimento e atua com a força da polícia, atua como a polícia que enquadra segundo a lei, segundo a normativa daqueles que possuem a palavra. A essa forma de política Rancière chama de *polícia*. A escola, não poucas vezes, tem atuado orientada por essa *política policial* que silencia e enquadra a diferença e destitui a quem se encontra em um lugar minoritário da palavra e do direito à igualdade sob o argumento oculto de que é diferente e, portanto, desigual, incapaz. Ao agir assim, ao enquadrar universalmente a todos e a todas segundo uma possibilidade hegemônica de visão de mundo, a escola, mesmo que fale, proíbe que a temática de Direitos Humanos componha o cotidiano escolar de modo a atuar sobre corações e mentes dos membros da comunidade; impede que ela própria seja um espaço de reflexividade e resgate memorial, de produção de espaços resistência de quem é cotidianamente silenciado, deixa de ser esse espaço polarizador de conflitos e visibilizador

⁴ Sodré, Muniz Araújo Cabral (2005). Por um conceito de Minoria. In: Raquel Paiva; Alexandre Barbalho. (Org.). *Comunicação e Cultura das Minorias*. 1º ed. São Paulo: Paulus, 2005, v. 1, p. 11-14.

⁵ Rancière, Jacques. (1996). *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34.

daqueles e daquelas que foram *exilados* no *subterrâneo* do esquecimento com aponta Michel Pollak⁶.

Para que a escola possa construir-se enquanto espaço multicultural, igualitário, capaz de valorizar e potencializar a diferença parece-me mister que busquemos entender como operam os sujeitos que se reconhecem como iguais e em oposição a tudo que possa ser diferente. É dizer: como se colocam socialmente não-negros, não-mulheres, não-homossexuais, não-índios, não-portadores de necessidades especiais etc.. Quando o tema dos Direitos Humanos é posto em pauta emergem as dicotomias, os antagonismos e os desentendimentos que revelam a impossibilidade de uma ética discursiva que confira a todas e a todos um lugar igualitário. Ao debater essa questão e enfrentá-la sem escamoteio, a escola necessariamente terá que posicionar-se frente a discursos universalistas, mas inigualitários, discursos marcadamente autoritários e totalitários, que destituem o sujeito da palavra que garante o real reconhecimento igualitário, que atribui, ao outro, poder. A sociedade patriarcal, branca, heterossexual, culta, cristã, eurocêntrica e rica produz discursos que visam justificar a posição social atribuída por ela própria àquelas e aqueles que ocupam os lugares minoritários por ela normatizados. Na disseminação dessa ética discursiva, a escola tem sido o aparelho ideológico mais competente e eficaz. Mas é essa a escola que queremos?!

Ao que tudo indica, por um lado, quem ocupe algum lugar minoritário pode passar boa parte de sua vida pensando sobre seu lugar no mundo, sobre como esse lugar encontra-se determinado por outrem e concluir que esse lugar é fruto de sua imaginação, um exagero. Isso não seria uma possibilidade difícil de se materializar em um mundo marcado por uma ética discursiva politicamente correta, polidamente correta. Conseqüência disso pode ser adaptar-se para sobreviver em um mundo cuja lógica é excluir as diferenças e harmonizar a sociedade, restabelecer o equilíbrio e a paz. Tristemente, paz pode ser aqui entendida como silenciamento, negação do outro, da alteridade, da dialética resultante da identidade e da diferença. Adaptar-se a processos de exclusão é, assim, uma saída perversa não poucas vezes disfarçada de

⁶ Pollak, Michel (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. 3.
_____. (1992a). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. 5 (10), (pp.200-212).

inclusão. Inclusão sim, mas marginal, pois, como aponta Bader Sawaia (1999), não há inclusão sem exclusão e vice-versa⁷.

Por outro lado, quem ocupa os espaços de poder, que controla a norma e a vida dos/das sem-voz, que sobrevive das vantagens de uma relação de dominação-exploração⁸ pode passar a vida inteira sem jamais ter se ocupado dessas questões, pois, ao serem aqueles que nomeiam sem serem nomeados significativamente por outros, não precisam se ocupar com qual é o seu lugar no mundo. Este já está dado, está definido e garantido e protegido por um numeroso aparato ideológico entre os quais figura a escola. Transformar o mundo da vida cotidiana, revolucioná-la, equivale a, como aponta Agnes Heller (2001)⁹, presentificar, visibilizar, publicizar “(...) *os grandes eventos não-quotidianos da história [que] emergem da vida cotidiana e eventualmente retornam para transformá-la*”. Não se pode esquecer que “*A vida rotineira é a vida do indivíduo integral, o que equivale a dizer que dela participa com todas as facetas de sua individualidade*”. Nesse processo rotineiro da vida de cada um e uma de nós está presente de maneira incontestável e determinante a escola, a qual pode, ou não, estabelecer-se na vida de homens e mulheres como um espaço significativo de reflexão e superação das múltiplas desigualdades sociais. É dizer: em meio a rotina, a escola pode e deve ser um instrumento de libertação, de desalienação e de produção de consciência política. É na vida cotidiana que são empregados pelo indivíduo “(...) *todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades para manipular o mundo objetivo, sentimentos, paixões, idéias e crenças*” (Heller, 2001:71). Nesse processo, a escola não pode furtar-se, posicionar-se como se fosse neutra ou mesmo como se tratamentos desiguais ocorressem apenas fora de seus muros, como se a vida nela vivida fosse diferente daquela que vivem seus atores e atrizes depois do horário escolar. Perguntar-se sobre o sentido e as consequências de estar em um lugar no mundo identificado com o poder é dever de educadores e educandos e a escola é esse espaço legítimo de reflexão.

⁷ Sawaia, Bader (1999). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes.

⁸ Saffioti, Heleieth I. B. (1987). *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna.

⁹ Heller, Agnes. (2001). *Cotidiano e História*. São Paulo: Paz e Terra.

Infelizmente, muitas pessoas nunca se perguntaram se estão certas na forma como tratam os outros, se suas avaliações pautadas em estereótipos e estigmas não estão disseminando preconceitos e práticas discriminatórias, racistas, homófobas, etnocêntricas e sexistas. A escola quando abre suas portas à Educação para os Direitos Humanos está fomentando o diálogo entre sujeitos que começam se reconhecendo desde posições não poucas vezes antagônicas e terminam se reconhecendo como diferentes sim, mas nem por isso menos iguais, menos dignas ou menos legítimas em seu exercício da palavra. É preciso que a escola se construa enquanto um espaço igualitário que combate cotidianamente discurso inigualitários. É urgente que ela trabalhe para dar voz, palavra, a homens e mulheres de orientação homossexual, a negros/as, aos povos indígenas, às mulheres, às pessoas portadoras de quaisquer necessidades e a todos e a todas que ocupem lugares minoritários a fim de constituir-se como um agente de resistência e combate às múltiplas formas de opressão que ferem os direitos daqueles e daquelas que não estão enquadrados. Ferir esses direitos é desumanizar, é privar esses sujeitos de reconhecimento de sua humanidade.

Relacionar-se com o diferente que não é desigual é abrir espaço para uma verdadeira formação democrática, é ocasião de radicalizar a democracia. Conviver com colegas que são amarelos/as, vermelhos/as, negros/as e brancos/as; que são eroticamente orientados/as ao mesmo sexo ou ao sexo oposto, ou que ainda tenham uma identidade de gênero diferente daquela anunciada pelo seu corpo biológico é importante para se construir relações marcadas pelo respeito. Fazer da escola um espaço no qual a Educação para os Direitos Humanos seja uma realidade, passa por revolucionar valores que fazem com que quanto mais visível seja a diferença entre sujeitos, mas ela pauta o relacionamento entre eles. Pauta distanciando, demarcando a distância *segura* que deve separá-los para que não sejam confundidos. Nessa lógica, vemos cotidianamente sustentarem-se machismos e virilismos que oprimem meninos e meninas, vemos reproduzirem-se lógicas de *senhor e escravo* que anunciam supostas superioridades raciais. Nesse contexto vemos, por exemplo, meninos e meninas negras envergonharem-se de sua cor e

embranquecer e vemos meninas e meninos de orientação homossexual com medo de serem anormais, com verdadeiro pavor da solidão a ponto de se suicidarem como aponta a Organização Mundial de saúde – OMS.

Se o espaço escolar deixar de ser um ambiente a sustentar essas lógicas perversas, penso que já se terá dado um grande passo no combate à violência doméstica, à homofobia, ao racismo e a todas as formas de preconceito. Contudo, sem que essas revoluções comecem pela vida cotidiana das/os educadoras/es, me parece algo improvável de acontecer. A reflexividade deve ser uma prática cotidiana na vida de todos/as e isso implica em não apenas ser politicamente correto, mas em abandonar certos hábitos, certas práticas cotidianas e assumir um compromisso real com a mudança das estruturas sociais, como a escola, que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais de todas as ordens.

Enquanto essas múltiplas ordens discursivas marcadas pelo selo do poder e perversamente capazes de nomear sujeitos e demarcar fronteiras não forem transformadas de modo a reconhecer a legitimidade da diferença e seu direito a um tratamento efetivamente igualitário, pensar a si mesmo e pensar o outro continuará sendo dicotomizado e processado desde oposições binárias e perversas. Essas transformações serão, realmente, efetivas, quando elementos como cor, raça, etnia, orientação sexual, religião, gênero não forem mais elementos distintivos de posição social ou mesmo da justificação que se faz da mesma. Quem controla as relações de dominação-exploração e aproveita das benesses decorrentes dela não pensa nos sentidos da negritude ou da branquidade, das implicações psicossociais que lugares minoritários geram para aqueles que necessitam reiteradas vezes, publicizar (ou tem publicizada) qualitativos que os singularizam como forma de proteger-se e/ou exigir respeito ou minimamente tolerância.

Tolerar não é respeitar. Quem tolera continua marcando a distância necessária entre si e o outro para sentir-se seguro, protegido do outro, objeto de insegurança. Quem tolera reconhece de maneira assimétrica, hierarquizada. Quem respeita, reconhece desde um lugar comum que aproxima e rompe com as fronteiras da segurança construídas mediante atos preconceituosos e

práticas discriminatórias. Quando a escola se tornar esse espaço livre, democrático, diferente, consciente no qual esses qualitativos não mais necessitarão ser relevados, teremos logrado implementar uma Educação para os Direitos Humanos vitoriosa, teremos suplantado todas as formas de violência, sejam elas de ordem física ou simbólica, que tristemente têm marcado a história brasileira. Está na hora de pormos em suspensão certezas antigas e inquestionáveis que nos acompanham desde muito tempo. Está na hora de nos perguntarmos sobre o que significa ser mulher ou homem, branco ou negro, ser heterossexual ou homossexual etc., e superarmos as respostas fáceis e advindas de lógicas binárias que atendem a interesses pequenos e promotores da desigualdade. Está na hora de todos nós que somos cúmplices de uma Educação Crítica e Transformadora, agirmos como atores e atrizes que buscam fazer da escola um espaço reflexivo e de formação de cidadãos e cidadãs ativos, conscientes de seu lugar no mundo, mas mais ainda, consciente do lugar que querem ter. Tomar a palavra e construir um futuro melhor passa pelo resgate do passado no momento presente no qual engendramos nossos projetos de um porvir no qual não mais se tenha que lutar pelo “Direito a ter direitos”¹⁰ (Arendt, 1989) porque nesse dia, nos tornamos todos iguais sem abrir mão das coisas que nos singularizam.

¹⁰ Arendt, Hannah. (1989). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras.